



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista de Controle Externo

Auditoria de Tecnologia da Informação

Caderno de Prova, Cargo B02, Tipo 001

000000000000000000

00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Novembro/2008

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto que segue.

A velhice na sociedade industrial

A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobre-vivência à sua obra, às coisas que ele realizou e que fizeram o sentido de sua vida. Perdendo a força de trabalho, ele já não é produtor nem reproduzidor. Se a posse e a propriedade constituem, segundo Sartre, uma defesa contra o outro, o velho de uma classe favorecida defende-se pela acumulação de bens. Suas propriedades o defendem da desvalorização de sua pessoa.

Nos cuidados com a criança, o adulto “investe” para o futuro, mas em relação ao velho age com duplicidade e má fé. A moral oficial prega o respeito ao velho, mas quer convencê-lo a ceder seu lugar aos jovens, afastá-lo delicada mas firmemente dos postos de direção. Que ele nos poupe de seus conselhos e se resigne a um papel passivo. Veja-se no interior das famílias a cumplicidade dos adultos em manejar os velhos, em imobilizá-los com cuidados “para o seu próprio bem”. Em privá-los da liberdade de escolha, em torná-los cada vez mais dependentes, “administrando” sua aposentadoria, obrigando-os a sair do seu canto, a mudar de casa (experiência terrível para o velho) e, por fim, submetendo-os à internação hospitalar. Se o idoso não cede à persuasão, à mentira, não se hesitará em usar a força. Quantos anciãos não pensam estar provisoriamente no asilo em que foram abandonados pelos seus?

Quando se vive o primado da mercadoria sobre o homem, a idade engendra desvalorização. A racionalização do trabalho, que exige cadências cada vez mais rápidas, elimina da indústria os velhos operários. Nas épocas de desemprego, os velhos são especialmente discriminados e obrigados a rebaixar sua exigência de salário e aceitar empreitas pesadas e nocivas à saúde. Como no interior de certas famílias, aproveita-se deles o braço servil, mas não o conselho.

(Adaptado de Ecléa Bosi, **Memória e sociedade**)

1. A seguinte formulação resume, conceitualmente, o argumento central do texto:
 - (A) *Que ele nos poupe de seus conselhos e se resigne a um papel passivo.*
 - (B) *Suas propriedades o defendem da desvalorização de sua pessoa.*
 - (C) *Quando se vive o primado da mercadoria sobre o homem, a idade engendra desvalorização.*
 - (D) *Veja-se no interior das famílias a cumplicidade dos adultos em manejar os velhos, em imobilizá-los com cuidados “para o seu próprio bem”.*
 - (E) *Quantos anciãos não pensam estar provisoriamente no asilo em que foram abandonados pelos seus?*

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. No primeiro parágrafo, ao empregar a expressão à sua obra, a autora está-se referindo às propriedades acumuladas pelo velho da classe mais favorecida.
 - II. No segundo parágrafo, o contexto permite entender que o termo “investe”, entre aspas, está empregado na acepção que lhe conferem os economistas.
 - III. No terceiro parágrafo, a expressão *racionalização do trabalho* identifica o rigor com que se planeja e se operacionaliza a produção industrial.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

3. Depreende-se da leitura do texto que, na sociedade industrial, a sabedoria acumulada pelos velhos
 - (A) vale apenas quando eles ainda mostram aptidão para trabalhar.
 - (B) é menosprezada porque não se costuma considerá-la produtiva.
 - (C) é cultuada com a mesma complacência com que se vê a criança.
 - (D) é bem acolhida somente quando eles pertencem à classe abastada.
 - (E) vale apenas quando eles assumem um papel passivo na família.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *o defendem da desvalorização de sua pessoa* = subestimam seu prestígio pessoal.
 - (B) *age com duplicidade e má fé* = porta-se ora com isenção, ora com justiça.
 - (C) *Que ele nos poupe de seus conselhos* = Que seja parcimonioso em suas recomendações.
 - (D) *especialmente discriminados* = particularmente depreciados.
 - (E) *empreitas pesadas* = cargos de máxima responsabilidade.

5. A concordância verbal está plenamente respeitada na frase:
- (A) Quando ocorre aos preconceituosos explicar por que discriminam os velhos, costumam valer-se de argumentos hipócritas.
 - (B) Os cuidados que se toma com a formação de uma criança não se estendem às atenções que se presta a um velho.
 - (C) O primado das mercadorias sobre os homens acabam por engendrar a impiedosa desvalorização da velhice.
 - (D) Quando se os privam da liberdade de escolha, os velhos são reduzidos ao estatuto da passividade e da dependência.
 - (E) Por que é que a tão poucos costumam sensibilizar, no trato com os velhos, a preciosidade que é a sabedoria acumulada numa vida?

6. Transpondo-se para a voz ativa a construção aproveita-se dele o braço servil, a forma verbal resultante deverá ser:
- (A) é aproveitado.
 - (B) seja aproveitado.
 - (C) aproveitem.
 - (D) aproveitam.
 - (E) tem aproveitado.

7. Está clara, correta e coerente a redação da seguinte frase:
- (A) A obra do velho não se costuma perdurar porque as pessoas em geral rejeitam o que perfaz o sentido de toda a sua vida.
 - (B) De acordo com Sartre, nos defendemos pela acumulação de bens dos outros que julgamos constituir nossa ameaça.
 - (C) Para os adultos, a criança proporciona um investimento, ao passo que para com os velhos costuma ocorrer o contrário.
 - (D) Caso não se rendam às mentiras e à persuasão de quem os cuida, há o risco de submeterem os velhos à violência.
 - (E) É penoso reconhecer que, uma vez abandonados num asilo, muitos velhos ainda crêem tratar-se de uma morada provisória.

8. No interior das famílias, costuma-se manejar os velhos, tratar os velhos como seres passivos, negar aos velhos a oportunidade de escolha, manter os velhos imobilizados num canto qualquer.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por:
- (A) tratar-lhes - negar-lhes - manter-lhes
 - (B) tratá-los - negá-los - mantê-los
 - (C) tratá-los - negar-lhes - mantê-los
 - (D) tratar-lhes - negá-los - manter-lhes
 - (E) os tratar - lhes negar - lhes manter

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto que segue.

O espírito das leis

– *O mais difícil, em certos processos, não é julgar os fatos expostos. É julgar os fatos ocultos.*

Foi o que ouvi, há muito tempo, quando eu ainda pensava em fazer Direito, de um parente juiz. Estranhei a expressão “fatos ocultos”, que me cheirou a esoterismo, mas ele explicou:

– *A gente costuma estudar um caso, avaliar as razões das partes, pesar os dados levantados, consultar minuciosamente a legislação e a jurisprudência, para, enfim, dar a sentença. Mas há situações em que a intuição e a experiência de um juiz fazem-no sentir que a verdade profunda do caso não foi exposta. Por vezes, ao ouvir os litigantes, esse sentimento cresce ainda mais. Aí a tarefa fica difícil. Objetivamente, um juiz não pode ignorar o que está nos autos; subjetivamente, no entanto, ele sabe que há mais complexidade na situação a ser julgada do que fazem ver as palavras do processo. Esses são os fatos ocultos; essa é a verdade que sofreu um processo de camuflagem da parte do impetrante, do impetrado ou de ambos.*

– *E o que faz você numa situação dessa?*

– *Ele parou de falar por um tempo, dando a impressão de que não iria responder. Mas acabou esclarecendo:*

– *Aplico a lei, naturalmente. É tudo o que devo e posso fazer. No entanto, para isso preciso também sentir o que se entende por espírito da lei, aquilo que nem sempre está nela explicitado com todas as letras, mas constitui, sem qualquer dúvida, o que a justifica e a legitima em sua profundidade. Como vê, às vezes julgo fatos ocultos com o concurso do espírito...*

Foi uma manifestação de bom humor, não um gracejo; foi uma lição que me ficou, que me parece útil para muitas situações da nossa vida.

(Etelvino Corrêa e Souza, inédito)

9. Ao dizer que, por vezes, é preciso julgar os fatos ocultos, o juiz referido no texto está considerando os casos em que há a necessidade de
- (A) aplicar a lei com todo o rigor, desconsiderando as lições de uma jurisprudência bem constituída.
 - (B) intuir, para além do que está nos autos, a verdade profunda que neles se encontra escamoteada.
 - (C) fazer prevalecer todo o peso do subjetivismo sobre a aplicação objetiva dos dispositivos legais.
 - (D) ignorar toda e qualquer mediação da análise mais pessoal, no momento de proferir a sentença.
 - (E) desmascarar os argumentos de ambas as partes, com vistas à anulação do processo.

| | |
|--|---|
| <p>10. Atente para as seguintes afirmações:</p> <p>I. Depreende-se da leitura do texto que a lição que ficou para o narrador, <i>útil para muitas situações da nossa vida</i>, é a de que as aparências não costumam nos enganar.</p> <p>II. O <i>bom humor</i> da última fala do juiz no texto é um efeito produzido pela associação entre as expressões <i>fatos ocultos</i> e <i>concurso do espírito</i>, que lembram fenômenos sobrenaturais.</p> <p>III. Depreende-se do que afirma o narrador no último parágrafo do texto que ele considera o <i>gracejo</i> uma manifestação menos conseqüente que a do <i>bom humor</i>.</p> <p>Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) II e III. (B) I e III. (C) I e II. (D) I. (E) II.</p> | <p>14. Há uma relação de causa e efeito entre os seguintes segmentos:</p> <p>(A) <i>O mais difícil, em certos processos / não é julgar os fatos expostos.</i></p> <p>(B) <i>ao ouvir os litigantes, esse sentimento cresce ainda mais / a tarefa fica difícil.</i></p> <p>(C) <i>Foi o que ouvi / eu ainda pensava em fazer Direito.</i></p> <p>(D) <i>às vezes julgo fatos ocultos / com o concurso do espírito.</i></p> <p>(E) <i>aquilo que nem sempre está nela explicitado com todas as letras / mas constitui (...) o que a justifica e a legítima.</i></p> |
| <p>11. Na frase <i>essa é a verdade que sofreu um processo de camuflagem</i>, o segmento sublinhado tem sentido equivalente ao da expressão:</p> <p>(A) passou por uma manobra de explicitação. (B) contaminou-se com uma operação contraditória. (C) foi objeto de uma dissimulação. (D) enfatizou seu embuste. (E) se apresentou como um equívoco.</p> | <p>15. Estão corretamente grafadas e flexionadas todas formas verbais da frase:</p> <p>(A) Por vezes, é a intuição de um juiz que intermedeia o que está no processo e o espírito da lei.</p> <p>(B) Se não se dispuser a examinar bem o caso e não se prover da melhor intuição, poderá proceder injustamente.</p> <p>(C) A intuição costuma acessorar os juízes, nos casos mais complexos que se lhes apresentam.</p> <p>(D) É freqüente que um juiz remedie uma omissão da lei valendo-se do que lhe diz sua intuição.</p> <p>(E) Caso a intuição do juiz não intervisse naquele caso, o réu seria injustamente condenado.</p> |
| <p>12. O verbo indicado entre parênteses deverá ser flexionado numa forma do plural para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A)-se (atribuir) aos fatos expostos o valor de uma verdade que nem sempre eles representam.</p> <p>(B) A aplicação mecânica das leis e dos casos de jurisprudência nem sempre (implicar) uma sentença justa.</p> <p>(C) (costumar) ocorrer, em muitos processos, que a verdade profunda de um caso permaneça camuflada.</p> <p>(D) (assistir) aos juízes o dever de intuir a verdade que pode estar camuflada pela linguagem de um processo.</p> <p>(E) Nem sempre se (levantar) num processo judicial os fatos que correspondem à verdade do caso em julgamento.</p> | <p style="text-align: center;">Informática</p> <p>16. O sistema operacional Windows, 2000 ou XP, pode reconhecer</p> <p>(A) o sistema de arquivo FAT, somente. (B) o sistema de arquivo FAT32, somente. (C) o sistema de arquivo NTFS, somente. (D) os sistemas de arquivo FAT32 e NTFS, somente. (E) os sistemas de arquivo FAT, FAT32 e NTFS.</p> |
| <p>13. Está inteiramente adequada a pontuação da frase:</p> <p>(A) A manifestação de bom humor do parente juiz, ficou como uma lição que o narrador disse ter aproveitado, em muitas situações de sua vida.</p> <p>(B) Há certos casos, em que um juiz pode e deve valer-se de sua intuição, sem prejuízo, para a objetividade de seu julgamento.</p> <p>(C) Afora o que consta em um processo, há com freqüência, uma série de fatores, que um juiz deve levar em consideração.</p> <p>(D) Pensei que ele não fosse me responder, mas ele o fez, valendo-se de uma frase bem-humorada, que me valeu uma lição.</p> <p>(E) O que se entende por espírito da lei, via de regra é algo que subjaz ao texto e, não, o que nele se explicita.</p> | <p>17. Na arquitetura do sistema operacional Windows, 2000 ou XP, uma unidade de execução dentro de um processo é representada pelo objeto</p> <p>(A) evento. (B) seção. (C) thread. (D) semáforo. (E) token.</p> <p>18. Os arquivos Linux conhecidos como FIFO (<i>First In, First Out</i>) são caracterizados como arquivo</p> <p>(A) de dispositivo. (B) pipe identificado. (C) regular. (D) link simbólico. (E) socket de domínio local.</p> |

19. Um processo do sistema Linux que é interrompido ao receber um sinal STOP ou TSPS e reiniciado somente com o recebimento do sinal CONT encontra-se no estado de execução denominado
- (A) zumbi.
 (B) espera.
 (C) parado.
 (D) dormente.
 (E) executável.

Atenção: As questões de números 20 a 22 referem-se ao BrOffice.org 2.4 com padrão de configuração original.

20. No Calc, a célula A1 contém a fórmula =30+B1 e a célula B1 contém o valor 8. Todas as demais células estão vazias. Ao arrastar a alça de preenchimento da célula A1 para A2, o valor de A2 será igual a
- (A) 38
 (B) 30
 (C) 22
 (D) 18
 (E) 0

21. O número 2.350.000 inserido em uma célula do Calc com o formato Científico será exibido na célula como
- (A) 2,35E+006
 (B) 2,35+E006
 (C) 2,35E006+
 (D) 0,235+E006
 (E) 235E+006

22. No Writer, o ícone utilizado para copiar a formatação do objeto ou do texto selecionado e aplicá-la a outro objeto ou a outra seleção de texto é o
- (A) Localizar e substituir.
 (B) Gallery.
 (C) Navegador.
 (D) Pincel de estilo.
 (E) Copiar e colar.

Direito Constitucional

23. O controle de constitucionalidade de leis e atos normativos estaduais em face da Constituição da República, perante o Supremo Tribunal Federal, pode ser efetuado em sede de
- (A) ação declaratória de constitucionalidade.
 (B) recurso especial.
 (C) mandado de injunção.
 (D) *habeas data*.
 (E) ação direta de inconstitucionalidade.

24. Em relação à disciplina constitucional da ordem econômica e financeira, considere as assertivas abaixo:
- I. São princípios constitucionais da ordem econômica a soberania nacional, a propriedade privada, a função social da propriedade e a defesa do meio ambiente, entre outros.
 II. É assegurado a todos, sem exceções, o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos.
 III. O Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento da atividade econômica, sendo o último determinante para os setores público e privado.
 IV. O sistema financeiro nacional será regulado por leis complementares que disporão sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
 (B) III e IV.
 (C) II e III.
 (D) I e IV.
 (E) II e IV.

25. Em matéria orçamentária, a Constituição da República autoriza a
- (A) utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, mediante autorização legislativa específica.
 (B) abertura da crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa, desde que haja indicação dos recursos correspondentes.
 (C) transposição ou o remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa, desde que se trate de recursos de um mesmo órgão.
 (D) utilização dos recursos provenientes de contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social.
 (E) transferência voluntária de recursos do governo federal e de suas instituições financeiras para o pagamento de despesas com pessoal ativo dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.

26. Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplica-se a disposição constitucional segundo a qual
- (A) se assegura vitaliciedade no cargo, após um ano de exercício, não podendo perdê-lo senão por sentença judicial transitada em julgado.
 (B) é vedado, a qualquer título ou pretexto, o recebimento de honorários, percentagens ou custas processuais.
 (C) se proíbe o exercício de atividade político-partidária, salvo exceções previstas na lei.
 (D) o ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, dois anos de atividade jurídica.
 (E) não se permite o exercício de outra função pública, exceto quando em disponibilidade.

| | |
|---|---|
| <p>27. O servidor público ocupante de cargo da administração direta que vier a ser investido no mandato de Prefeito</p> <p>(A) perderá o cargo.</p> <p>(B) terá o tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.</p> <p>(C) será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.</p> <p>(D) perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários.</p> <p>(E) não terá direito a perceber benefício previdenciário com valores fixados como se no exercício do cargo estivesse.</p> | <p>31. NÃO são entidades integrantes da administração indireta da União:</p> <p>(A) os serviços sociais autônomos.</p> <p>(B) as associações públicas das quais seja parte.</p> <p>(C) as empresas públicas por ela constituídas.</p> <p>(D) as sociedades de economia mista por ela controladas.</p> <p>(E) as autarquias federais.</p> |
| <p>28. Será inconstitucional a medida provisória que</p> <p>(A) vise a detenção ou seqüestro de bens ou outro ativo financeiro, ressalvadas hipóteses hoje admitidas pela própria Constituição.</p> <p>(B) não seja apreciada pelo Congresso Nacional em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação.</p> <p>(C) implique instituição ou majoração de impostos.</p> <p>(D) trate de matéria de direito civil ou comercial.</p> <p>(E) verse sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.</p> | <p>32. Os bens públicos de uso comum do povo têm como característica, nos termos da lei civil,</p> <p>(A) a sua inalienabilidade e impenhorabilidade, mesmo quando desafetados para se tornarem dominicais.</p> <p>(B) a impossibilidade de lhes ser atribuído regime especial de fruição.</p> <p>(C) a possibilidade de serem adquiridos por usucapião.</p> <p>(D) a possibilidade de ter seu uso sujeito a retribuição.</p> <p>(E) o fato de sua propriedade ser titularizada pelo próprio povo, e não pelo ente público.</p> |
| <p>29. Nos termos da Constituição do Estado do Ceará, a Assembléia Legislativa</p> <p>(A) reunir-se-á, anualmente, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.</p> <p>(B) funcionará em sessões públicas, com a presença da maioria absoluta de seus membros, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos.</p> <p>(C) aprova previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de quatro sétimos dos Conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios.</p> <p>(D) procederá à tomada de contas do Governador do Estado, quando não apresentadas à Assembléia Legislativa dentro de trinta dias após a abertura da sessão legislativa.</p> <p>(E) restringir-se-á a deliberar sobre a matéria para a qual tenha sido convocada, no período extraordinário, permitido o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.</p> | <p>33. Denominam-se cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos aquelas que atribuem à Administração determinados poderes, derogatórios do regime jurídico dos contratos privados. Entre estas cláusulas, estão as que confirmam à Administração</p> <p>(A) o poder de provocar o Poder Judiciário para anular o contrato.</p> <p>(B) o poder de provocar o Poder Judiciário para revogar o contrato.</p> <p>(C) a faculdade de modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação ao interesse público.</p> <p>(D) a faculdade de alterar o contrato, em acordo com o contratado, independentemente dos limites legais de aumento ou supressão do seu objeto.</p> <p>(E) a obrigação de indenizar o contratado pela rescisão unilateral da Administração, sem justa causa.</p> |
| <p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>30. No Brasil, o Direito Administrativo é ramo do Direito que tem como característica, no que diz respeito a suas fontes,</p> <p>(A) a codificação em nível federal, em respeito ao princípio da estrita legalidade.</p> <p>(B) o papel da jurisprudência como criadora de normas aplicáveis à Administração e integradora de lacunas legais.</p> <p>(C) a pluralidade de leis em níveis federal, estadual e municipal e o papel precípua da doutrina na unificação da respectiva interpretação.</p> <p>(D) o papel integrativo da analogia, dos costumes e dos princípios gerais do direito, mesmo em caráter <i>praeter legem</i> ou <i>contra legem</i>.</p> <p>(E) a prevalência de normas de caráter administrativo, como decretos, portarias e resoluções, ainda que em face da aplicação da lei formal.</p> | <p>34. A modalidade de licitação apropriada para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de remuneração ao vencedor, é</p> <p>(A) o pregão.</p> <p>(B) o concurso.</p> <p>(C) a concorrência.</p> <p>(D) o convite.</p> <p>(E) a tomada de preços.</p> <p>35. O funcionário público civil do Estado do Ceará que, exercendo função de chefia, presenciar a prática de ilícito administrativo, deverá</p> <p>(A) efetuar a respectiva <i>notitia criminis</i> à autoridade policial competente e escusar-se de outra medida em sede funcional.</p> <p>(B) deixar o conhecimento e a apuração do fato às autoridades competentes, evitando interferência pessoal que comprometa sua atuação como testemunha.</p> <p>(C) efetuar a imediata repreensão do ilícito e aplicar a sanção correspondente, com base nos princípios da verdade real e da verdade sabida.</p> <p>(D) representar imediatamente a autoridade competente para que promova a apuração do fato, mediante o processo cabível.</p> <p>(E) determinar a instauração do processo administrativo disciplinar, avocando a competência para o julgamento em razão de sua proximidade presencial.</p> |

36. Relativamente à instrução dos processos administrativos em nível federal, é correto afirmar que
- (A) as provas ilícitas poderão ser admitidas, a critério da autoridade processante, se não causarem lesão ao interesse público.
 - (B) os autos, encerrada a instrução, serão imediatamente conclusos para decisão, sem manifestação da parte interessada.
 - (C) é desnecessária a prévia intimação dos interessados para o comparecimento em diligências probatórias.
 - (D) a falta de apresentação de parecer obrigatório, ainda que vinculante, não impede o encerramento da instrução.
 - (E) cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, salvo com relação a fatos passíveis de comprovação por documentos expedidos pelo órgão administrativo.

Controle Externo

37. Em relação às competências, considere as assertivas abaixo.
- I. Compete ao Tribunal de Contas da União representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
 - II. Compete ao Congresso Nacional fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
 - III. Compete ao Congresso Nacional aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) II e I.
 - (E) II e III.

38. O poder que possibilita ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, no âmbito de sua competência e jurisdição, expedir atos e instruções normativas sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, denomina-se poder
- (A) regimental.
 - (B) disciplinar.
 - (C) hierárquico.
 - (D) regulamentar.
 - (E) de Polícia.

39. A decisão pela qual o Tribunal de Contas do Estado do Ceará ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidas, devido à impossibilidade de julgamento de mérito, denomina-se
- (A) alternativa.
 - (B) terminativa.
 - (C) definitiva.
 - (D) conclusiva.
 - (E) condenativa.

40. Em relação às competências definidas na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, considere as assertivas abaixo.
- I. Julgar os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, excluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
 - II. Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de nomeação para cargos de provimento em comissão.
 - III. Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadoria, reformas e pensões, excetuadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) I.
 - (D) II.
 - (E) III.

41. Em relação à fiscalização das Contas do Governador a cargo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, é correto afirmar:
- (A) A prestação de contas apresentada pelo Governador será apreciada pelo Tribunal de Contas, mediante parecer prévio a ser elaborado em 30 dias.
 - (B) Após a decisão definitiva decretada pela Assembléia Legislativa, caberá apreciação por parte do Tribunal de Contas, no prazo máximo de 10 dias, contados da publicação da referida decisão.
 - (C) Ao Tribunal de Contas compete julgar, no prazo de 60 dias, contados do seu recebimento, as contas prestadas pelo Governador do Estado.
 - (D) A decisão decretada pela Assembléia Legislativa será conclusiva, não cabendo mais qualquer apreciação por parte do Tribunal de Contas.
 - (E) As contas sobre a execução do orçamento consistirão apenas em um relatório, elaborado pelo órgão central de controle interno do Poder Executivo.

42. Considere as assertivas abaixo:
- I. Aprovar os enunciados da Súmula da Jurisprudência do Tribunal.
 - II. Deliberar originariamente sobre conflitos de competência entre os órgãos do Tribunal.
 - III. Manter a ordem e a disciplina no Tribunal.

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Ceará, compete ao Presidente do Tribunal de Contas o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

43. No Tribunal de Contas do Estado do Ceará, as deliberações do Plenário e, no que couber, as das Câmaras terão forma de Acórdãos quando se tratar de
- (A) contas do Governador do Estado.
 - (B) processos de julgamentos de tomadas ou prestação de contas.
 - (C) decisão em processo de apreciação da legalidade de ato sujeito a registro.
 - (D) aprovação do Regimento Interno.
 - (E) ato definidor da Estrutura.

Noções de Economia

44. O Produto Interno Bruto de uma economia é igual ao somatório dos valores de produção de bens e serviços
- (A) dessa economia em uma determinada unidade de tempo.
 - (B) finais dessa economia em uma determinada data no ano-calendário.
 - (C) dessa economia em uma determinada data no ano-calendário.
 - (D) finais dessa economia em uma determinada unidade de tempo.
 - (E) finais dessa economia, acrescido do valor das importações, em uma determinada unidade de tempo.

45. Suponha uma economia hipotética sem governo, na qual tenham ocorrido as seguintes transações:
- I. A empresa **A** adquire insumos da empresa **C** no valor de 100 e produz bens no valor de 300, sendo 70% da produção vendida para a empresa **B** e o restante para consumidores finais.
 - II. A empresa **B**, com os insumos adquiridos da empresa **A**, fabrica bens no valor de 400, dos quais 20% são vendidos como insumos para a empresa **C** e o restante para consumidores finais.
 - III. A empresa **C**, com os insumos adquiridos da empresa **B**, fabrica bens no valor de 200, dos quais 50% são vendidos para a empresa **A** e o restante para consumidores finais.
- Considerando essas informações, é correto concluir que o valor agregado por essa economia é
- (A) maior que a renda.
 - (B) 900.
 - (C) 760.
 - (D) 530.
 - (E) 510.

46. Sobre a taxa de desemprego de um país, é correto afirmar:
- (A) Se a economia apresentar essa taxa acima da taxa natural, o aumento da demanda agregada tenderá a diminuí-la.
 - (B) O pensamento econômico predominante postula que entre essa taxa e a de inflação há correlação direta elevada.
 - (C) Se essa taxa está aumentando, a taxa de crescimento da população ocupada é maior que a taxa de crescimento da população.
 - (D) Existe apenas uma única metodologia para definir quais são as pessoas que estão procurando emprego e aceitando os salários vigentes na economia.
 - (E) Essa taxa está inversamente correlacionada com o total da população economicamente ativa.

47. O índice geral de preços de uma determinada economia apresentou o seguinte comportamento em um período de dez anos:

| Ano | Índice |
|------|--------|
| 1998 | 100 |
| 1999 | 120 |
| 2000 | 130 |
| 2001 | 135 |
| 2002 | 137 |
| 2003 | 138 |
| 2004 | 140 |
| 2005 | 142 |
| 2006 | 145 |
| 2007 | 148 |

Assumindo-se que este índice represente adequadamente o nível geral de preços da economia, a taxa de inflação

- (A) foi estritamente crescente no período 1998-2000.
- (B) de 2006 foi a mais alta do período.
- (C) de 2003 foi a menor do período.
- (D) foi estritamente decrescente no período 2003-2007.
- (E) acumulada no período foi superior a 50%.

48. É uma medida que reduz o déficit primário do setor público:
- (A) empréstimo tomado por antecipação da receita orçamentária.
 - (B) aumento da base monetária.
 - (C) construção de pontes e viadutos.
 - (D) redução da taxa de juros incidente sobre a dívida pública.
 - (E) alienação de bens imóveis do setor público.

49. Considere as definições das siglas a seguir:

C = Consumo privado
 I = Investimento privado
 G = Gastos totais do Governo
 X = Exportação de bens e serviços
 M = Importação de bens e serviços

A demanda agregada da economia, supondo-se que a oferta agregada seja infinitamente elástica, é representada pela seguinte expressão:

- (A) $C + I + G - X + M$
- (B) $C + I + G + X - M$
- (C) $C + I - G - X + M$
- (D) $C + I + G + X + M$
- (E) $(C + I + G) - (X + M)$

50. A teoria macroeconômica de determinação do nível de equilíbrio de renda, no curto prazo, postula que a economia está em equilíbrio quando, em um determinado nível geral de preços, a
- (A) demanda agregada é igual à oferta agregada.
 - (B) taxa de crescimento da oferta agregada é maior que a da demanda agregada.
 - (C) oferta agregada é maior que a demanda agregada.
 - (D) taxa de crescimento da demanda agregada é maior que a da oferta agregada.
 - (E) demanda agregada é maior que a oferta agregada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

Auditoria Governamental

51. Em relação ao código de ética estabelecido pelo INTOSAI é correto afirmar que

- (A) os auditores devem conduzir os trabalhos de acordo com as diretrizes traçadas pelos governantes ou pelo partido político ao qual pertencer.
- (B) os relatórios elaborados são de acesso livre aos funcionários públicos pertencentes ao quadro efetivo.
- (C) a aprovação em concurso de provimento público é condição satisfatória para conduzir trabalhos de auditoria de qualquer área de conhecimento, não podendo recusar designação de trabalhos.
- (D) a entidade auditada tem direito de acompanhar e acessar os relatórios de auditoria, bem como os papéis de trabalho elaborados pelo auditor.
- (E) os auditores devem conhecer e cumprir todas as normas, políticas, procedimentos e práticas aplicáveis de auditoria, contabilidade e gestão financeira.

52. Compõe um elemento da estrutura a ser avaliado pela metodologia COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*:

- (A) estrutura externa.
- (B) conformidade dos riscos.
- (C) reação ao risco.
- (D) segregação de funções.
- (E) fator aleatório.

53. Em decorrência do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, para melhor expressar sua opinião em relatórios e nos parágrafos de opinião dos pareceres, o auditor deve utilizar a expressão

- (A) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (B) em conformidade com as normas internacionais e nacionais.
- (C) de acordo com os princípios contábeis aplicados no Brasil.
- (D) em conformidade com as normas emanadas pelo CFC.
- (E) de acordo como os princípios contábeis normalmente aceitos.

54. Considere as situações:

- I. Foi constatado pela auditoria que uma verba salarial paga na folha de pagamentos não foi contabilizada, em virtude de não estar prevista no sistema de integração contábil.
- II. Após apresentada pelo responsável da área fiscal a alíquota de ICMS, de 18%, dos novos produtos a serem comercializados, a chefia determinou o cadastramento com a alíquota de 12%.
- III. Foram constatados contratos de manutenção de máquinas de copiar. Ao verificar no departamento de controle do patrimônio da empresa, constatou-se que não existiam máquinas dessa natureza, sendo utilizado prestador de serviço externo.

Em conformidade com os conceitos de fraude e erro, as situações I, II e III referem-se, respectivamente, a

- (A) fraude, fraude e fraude.
- (B) erro, fraude e erro.
- (C) fraude, erro e erro.
- (D) erro, erro e erro.
- (E) erro, fraude e fraude.

55. Os procedimentos de auditoria constituem-se no conjunto de

- (A) métodos contábeis e financeiros que permitem ao auditor confirmar ou provar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas.
- (B) técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas.
- (C) conceitos que permitem ao auditor obter comprovações de que as demonstrações contábeis auditadas correspondem ao registro de todos os fatos contábeis praticados pela empresa.
- (D) princípios que permitem ao auditor obter informações indicativas e completas para fundamentar sua posição sobre as demonstrações contábeis auditadas.
- (E) normas e leis que permitem ao auditor certificar-se de que as demonstrações contábeis auditadas estão em sua totalidade corretas.

56. A análise dos riscos de auditoria deve ser feita

- (A) na assinatura do contrato.
- (B) na emissão da carta de responsabilidade da administração.
- (C) no levantamento das contingências.
- (D) na fase de planejamento dos trabalhos.
- (E) na emissão do parecer.

57. Na elaboração do roteiro de monitoramento de uma auditoria operacional, o auditor deverá considerar
- (A) o plano de ação, o grupo de contato e o relatório de impacto da auditoria.
 - (B) os procedimentos, os testes e o tamanho da entidade.
 - (C) os testes, a carta de responsabilidade da administração e o parecer.
 - (D) a organização do trabalho, os controles internos e o contrato de auditoria.
 - (E) o planejamento, a análise do risco e o plano de contingências.

58. O auditor ao estabelecer uma amostra confiável NÃO deverá levar em consideração o
- (A) tamanho da amostra.
 - (B) risco inerente.
 - (C) erro tolerável.
 - (D) erro esperado.
 - (E) risco da amostra.

59. No processo de Governança Corporativa Governamental, são elementos que identificam a boa conduta e podem compor o código de ética:
- (A) integridade, negligência e honestidade.
 - (B) relacionamento cordial, subjetividade e integridade.
 - (C) probidade e propriedade, objetividade e integridade.
 - (D) centralização, transparência e evidência.
 - (E) parcialidade, imprudência e propriedade.

60. No processo de apresentação dos trabalhos de auditoria operacional, deve ser observado o monitoramento dos benefícios alcançados pela implementação das recomendações. Assim, os benefícios alcançados em procedimentos gerenciais geram impactos
- (A) financeiros quantificáveis.
 - (B) na quantificação de benefícios imateriais.
 - (C) financeiros não-quantificáveis.
 - (D) qualitativos não-quantificáveis.
 - (E) na identificação de benefícios materiais.

Administração Financeira e Orçamentária

61. Considere as assertivas abaixo.
- I. A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
 - II. O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
 - III. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

62. Em relação ao Orçamento, incluem-se no rol das vedações estabelecidas no art. 167 da Constituição Federal, a
- (A) transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
 - (B) abertura de crédito suplementar ou especial com prévia autorização legislativa e com indicação dos recursos correspondentes.
 - (C) realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que não excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
 - (D) realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
 - (E) concessão ou a utilização de créditos adicionais e suplementares limitados.

63. A proibição de se consignar na Lei Orçamentária dispositivo estranho à fixação das despesas e à previsão das receitas, ressalvada autorização para abertura de créditos suplementares, decorre do princípio orçamentário da
- (A) totalidade.
 - (B) exclusividade.
 - (C) universalidade.
 - (D) especificação.
 - (E) não-vinculação.

| | |
|---|--|
| <p>64. Em relação ao orçamento público no Brasil, de acordo com Portaria da STN – Secretaria Tesouro Nacional, o instrumento de organização da ação governamental que visa a concretização dos objetivos pretendidos pela administração, sendo mensurado pelos seus indicadores, denomina-se</p> <p>(A) Projeto de Governo.</p> <p>(B) Atividade de Governo.</p> <p>(C) Programa governamental.</p> <p>(D) Operação Especial.</p> <p>(E) Função de Governo.</p> | <p>67. O investimento cuja duração ultrapasse um exercício financeiro, só poderá ser iniciado se for previamente incluído</p> <p>(A) no Plano Plurianual.</p> <p>(B) na Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>(C) na Lei Orçamentária.</p> <p>(D) no Plano de Diretor.</p> <p>(E) na Lei de Diretrizes e Bases.</p> |
| <p>65. Considere as assertivas abaixo.</p> <p>I. A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso se concretizem.</p> <p>II. O anexo de metas fiscais deverá integrar a Lei Orçamentária Anual, que demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade, no exercício a que se referir.</p> <p>III. A avaliação financeira e atuarial dos fundos de previdência está compreendida no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) III, apenas.</p> <p>(D) I e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p> | <p>68. O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, disporá sobre</p> <p>(A) a variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos.</p> <p>(B) a forma de realização de despesas sem prévio empenho.</p> <p>(C) o cálculo do baixo crescimento da taxa de variação acumulada sobre o PIB.</p> <p>(D) a reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.</p> <p>(E) as formas de compra de títulos da dívida e a data de sua colocação no mercado.</p> |
| <p>66. Observadas as normas técnicas e legais, as previsões de receita considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante, e serão acompanhadas, além do demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da</p> <p>(A) projeção para as receitas obtidas com serviços de terceiros.</p> <p>(B) metodologia de cálculo do impacto dos resultados nominal e primário que possam afetar as receitas.</p> <p>(C) projeção da estimativa do impacto orçamentário e financeiro do exercício em que entrar em vigor.</p> <p>(D) demonstração da composição das dívidas ativas decorrentes de financiamentos e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.</p> <p>(E) projeção para os dois seguintes exercícios àqueles a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.</p> | <p>69. De acordo a Lei de Responsabilidade fiscal, acompanharão o relatório resumido da execução orçamentária, dentre outros, o demonstrativo relativo a</p> <p>(A) receitas e despesas extra-orçamentárias.</p> <p>(B) despesa total com pessoal, distinguindo as referentes a inativos e pensionistas inativos.</p> <p>(C) resultados nominal e primário.</p> <p>(D) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.</p> <p>(E) despesas com serviços de terceiros.</p> <p>70. A meta relativa ao montante da dívida pública, para o exercício a que se referir e para os dois seguintes, em valores correntes e constantes, será estabelecida no Anexo de</p> <p>(A) Programação Orçamentária.</p> <p>(B) Passivos Permanentes.</p> <p>(C) Riscos Fiscais.</p> <p>(D) Programação Financeira.</p> <p>(E) Metas Fiscais.</p> |

| Tecnologia da Informação | |
|--|---|
| <p>71. Criado para sistemas de tempo compartilhado e semelhante ao escalonamento FCFS, porém com preempção para alternar entre processos. Trata-se do algoritmo de escalonamento</p> <p>(A) <i>Multilevel Queue</i>. (B) em tempo real. (C) por prioridade. (D) <i>Multilevel Feedback-Queue</i>. (E) <i>Round-Robin</i>.</p> | <p>76. No CMMI é possível a comparação entre os níveis de capacidade (representação contínua) e os níveis de maturidade (representação por estágios). Assim, uma comparação de mesmo nível entre eles é</p> <p>(A) <i>Initial</i> e <i>Incomplete</i>. (B) <i>Managed</i> e <i>Defined</i>. (C) <i>Performed</i> e <i>Initial</i>. (D) <i>Performed</i> e <i>Incomplete</i>. (E) <i>Optimizing</i> e <i>Defined</i>.</p> |
| <p>72. São dois métodos aplicáveis à técnica de comutação de pacotes o de</p> <p>(A) datagrama e o de sinalização de controle no canal. (B) <i>gateway</i> de mídia e o de datagrama. (C) sinalização de controle no tronco e o de circuito virtual. (D) circuito virtual e o de datagrama. (E) sinalização de controle no canal e o de <i>gateway</i> de mídia.</p> | <p>77. NÃO é um elemento da modelagem funcional (DFD)</p> <p>(A) o depósito de dados. (B) a entidade associativa. (C) o fluxo de dados. (D) a entidade externa. (E) a função ou processo.</p> |
| <p>73. Alguns números fixos de porta no TCP são reservados para finalidades específicas, independentemente da implementação. Desta forma, as portas 23, 25 e 53 são destinadas, respectivamente, a</p> <p>(A) Telnet, SMTP e DNS. (B) SMTP, HTTP e DNS. (C) HTTP, Kerberos e <i>SNMP Agent Port</i>. (D) DNS, SMTP e HTTP. (E) <i>SNMP Manager Port</i>, HYYIP e Telnet.</p> | <p>78. Os mecanismos de extensibilidade da UML incluem</p> <p>(A) estereótipos, apenas. (B) valores atribuídos e restrições, apenas. (C) estereótipos e valores atribuídos, apenas. (D) estereótipos e restrições, apenas. (E) estereótipos, valores atribuídos e restrições.</p> |
| <p>74. É comum um determinado órgão público receber reclamações de pessoas sobre o atendimento do serviço. As reclamações recebidas são digitadas de forma apressada em um aplicativo de computador. O administrador do órgão pretende obter informações úteis para análise das reclamações. Assim, ele solicita o apoio tecnológico para atendimento dessa demanda. A equipe então adota, acertadamente, uma solução específica para tratamento de dados semi-estruturados (o <i>software</i> utiliza uma ontologia de correlação de palavras e conceitos) conhecida por</p> <p>(A) <i>data mart</i>. (B) <i>mining</i> de texto. (C) <i>star schema</i>. (D) método preditivo. (E) <i>mining</i> colaborativo.</p> | <p>79. Considere que 20 é o nível de influência global (ajuste fino total) aplicado em um cálculo de pontos por função. Então, o número de pontos por função ajustado (PFA) em relação ao bruto (PFB) é dado por</p> <p>(A) $PFA = PFB \times 0,15$. (B) $PFA = PFB \times 0,20$. (C) $PFA = PFB \times 0,45$. (D) $PFA = PFB \times 0,85$. (E) $PFA = PFB \times 1,20$.</p> |
| <p>75. Considere o seguinte requisito: “Para cada departamento com menos de 1000 funcionários devem ser listados os salários médios de cada departamento”. As cláusulas SQL-ANSI vinculadas a uma única expressão SELECT, uma que calcula o salário médio e a outra que restringe a quantidade de empregados são, respectivamente,</p> <p>(A) MID e COUNT. (B) AVG e COUNT. (C) AVG e HAVING. (D) MID e WHERE. (E) MID e HAVING.</p> | <p>80. Recurso Java que permite que uma <i>thread</i> invoque um método em um objeto remoto (semelhante à RPC) denomina-se</p> <p>(A) RMI. (B) <i>getPriority()</i>. (C) <i>matcher</i>. (D) <i>FocusRequester</i>. (E) <i>RemoteException</i>.</p> |
| Segurança da Informação | |
| <p>81. Um processo de classificação da informação tem por objetivo</p> <p>(A) estabelecer a quantidade de categorias de classificação e os benefícios obtidos pelo seu uso. (B) determinar o valor da informação, os requisitos legais, a sensibilidade e a criticidade para a organização. (C) determinar o valor da informação, os requisitos legais e as medidas especiais de tratamento. (D) analisar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade da informação. (E) assegurar que as informações recebam um nível adequado de tratamento e de proteção.</p> | <p>82. A implementação de uma política de mesa limpa e tela limpa é uma regra de controle de acesso que deve ser estabelecida formalmente no processo de</p> <p>(A) gerenciamento de acesso à aplicação e à informação. (B) gerenciamento de acesso do usuário. (C) responsabilidades dos usuários. (D) controle de acesso ao sistema operacional. (E) controle de acesso à rede.</p> |

| | |
|--|---|
| <p>83. Em 2001, o NIST – <i>National Institute of Standards and Technology</i> lançou um algoritmo de criptografia como um padrão federal de processamento de informações. O algoritmo proposto com um tamanho de bloco de 128 bits e suporte para tamanhos de chave de 128, 192 e 256 bits foi o</p> <p>(A) <i>Triple Data Encryption Standard</i>. (B) <i>Advanced Encryption Standard</i>. (C) <i>Wired Equivalent Privacy</i>. (D) <i>Wireless Application Protocol</i>. (E) <i>Data Encryption Standard</i>.</p> | <p>89. No ITIL, a seqüência correta de eventos para descrever um incidente do ciclo de vida (<i>incident lifecycle</i>) depois que ele ocorreu é</p> <p>(A) <i>Detection, Recovery, Repair, Restoration e Diagnosis</i>. (B) <i>Detection, Diagnosis, Repair, Recovery e Restoration</i>. (C) <i>Diagnosis, Detection, Recovery, Repair e Restoration</i>. (D) <i>Detection, Diagnosis, Recovery, Repair e Restoration</i>. (E) <i>Diagnosis, Detection, Recovery, Restoration e Repair</i>.</p> |
| <p>84. <i>Spoofing</i> e <i>Sniffing</i> são, respectivamente,</p> <p>(A) uma característica de algoritmo de chave pública e uma forma de espionagem. (B) um método biométrico e um método de criptografia assimétrica. (C) um tipo de ataque de falsificação de IP e uma forma de espionagem. (D) um método biométrico e um tipo de ataque de falsificação de IP. (E) uma característica de algoritmo de chave privada e um método biométrico.</p> | <p>90. O COBIT, em seus fundamentos, define quatro domínios dentro dos quais ele insere os processos de TI. No domínio de Planejamento e Organização está o processo</p> <p>(A) Identificar e alocar custos. (B) Adquirir e manter arquitetura tecnológica. (C) Desenvolver e manter procedimentos de TI. (D) Avaliar e gerenciar riscos. (E) Definir níveis de serviços.</p> |
| <p>85. Na ABNT NBR ISO/IEC 17799:2005, a Gestão de mudanças é parte integrante da seção 10 que trata</p> <p>(A) da gestão das operações e comunicações. (B) da gestão de ativos. (C) do gerenciamento de privilégios. (D) da segurança física e do ambiente. (E) do controle de acesso à aplicação e à informação.</p> | <p>Auditoria de TI</p> <p>91. As Diretrizes de Auditoria (<i>Audit Guidelines</i>) do COBIT devem</p> <p>(A) ser entendidas como uma ferramenta para a criação do plano geral de auditoria de TI. (B) ser entendidas como uma ferramenta para ensinar as bases de auditoria de TI. (C) habilitar os auditores para rever processos de TI específicos em relação aos objetivos de controle recomendados. (D) evoluir conjuntamente com os objetivos de controle detalhados até se tornarem exaustivas e definitivas. (E) explicar como o planejamento computadorizado, as avaliações e as ferramentas de análise e documentação podem ser usados para apoiar e automatizar a auditoria de TI.</p> |
| <p>Governança de TI</p> <p>86. O processo Definir um Plano Estratégico de TI, segundo Governança de TI, por meio do COBIT, assegura primariamente o requisito eficácia, porém, secundariamente o requisito eficiência pode ser impactado por</p> <p>(A) oportunidades de negócios e de TI perdidas. (B) falhas de TI no atendimento da missão e das metas da organização. (C) falhas de TI no casamento dos planos de curto prazo com os de longo prazo. (D) falhas de projetos de TI no atendimento aos planos de curto prazo. (E) falhas de TI no atendimento às diretrizes de custo e tempo.</p> | <p>92. Os passos a serem seguidos para registrar as atividades que prejudicam os objetivos de controle, bem como para identificar as medidas e os procedimentos de controle estabelecidos, são descritos na etapa do processo de auditoria denominada</p> <p>(A) obtenção de entendimento e documentação. (B) avaliação dos controles estabelecidos. (C) testes de conformidade. (D) testes substantivos. (E) evidências de risco.</p> |
| <p>87. A segregação de responsabilidades de menor risco, caso não exista, está entre as unidades funcionais</p> <p>(A) operação de sistemas e usuários. (B) operação de sistemas e segurança da informação. (C) desenvolvimento de sistemas e segurança da informação. (D) desenvolvimento e manutenção de sistemas. (E) desenvolvimento e operação de sistemas.</p> | <p>93. Como alternativa para a auditoria de TI, um modelo de avaliação do risco de um ativo, que identifica também o risco residual e produz um plano de ação, deve combinar a probabilidade da ameaça,</p> <p>(A) a severidade do impacto e a seleção de contramedidas, apenas. (B) o grau de vulnerabilidade e a severidade do impacto, apenas. (C) e a seleção de contra medidas, apenas. (D) o grau de vulnerabilidade e a seleção de contramedidas, apenas. (E) o grau de vulnerabilidade, a severidade do impacto e a seleção de contramedidas.</p> |
| <p>88. Em uma revisão detalhada das atividades gerenciais de recursos humanos de TI, NÃO se aplica a identificação de</p> <p>(A) diretrizes e procedimentos que não são condizentes com a direção tecnológica. (B) oportunidades de treinamento e desenvolvimento que não se correlacionam com as falhas de competência. (C) qualificações de pessoal que são impróprias. (D) ações executadas que não são aprovadas pela gerência apropriada. (E) avaliações de desempenho que não são condizentes com o cargo ocupado e/ou tarefas executadas.</p> | |

| | |
|--|--|
| <p>94. Uma auditoria deve avaliar uma amostra de acordos de nível de serviço, concluídos e vigentes, firmados com os</p> <p>(A) clientes, apenas. (B) usuários, clientes e provedores de serviços, apenas. (C) clientes e provedores de serviços, apenas. (D) usuários, clientes e funcionários de TI, apenas. (E) usuários, clientes, provedores de serviços e funcionários de TI.</p> | <p>98. Uma empresa contratada por meio de uma concorrência deverá manter presente um preposto, aceito pela Administração da contratante, para</p> <p>(A) representá-la na execução do contrato no local da obra ou serviço, apenas. (B) representá-la na rescisão do contrato, nos casos previstos na Lei, apenas. (C) interpor recurso no caso de inabilitação do licitante, apenas. (D) interpor recurso no caso de não-aceitação do resultado do julgamento das propostas, apenas. (E) impetração de recursos ou para representação da empresa na execução ou na rescisão do contrato.</p> |
| <p>95. A obtenção de todos os contratos de <i>hardware</i> e <i>software</i> tem o objetivo de avaliar se os <i>softwares</i> de sistema</p> <p>(A) foram instalados com os parâmetros corretos para assegurar a integridade dos dados e dos programas armazenados no sistema. (B) foram testados completamente antes de autorizada sua introdução no ambiente operacional. (C) tiveram as senhas de instalação fornecidas pelos fornecedores de <i>software</i> mudadas no momento da instalação. (D) foram instalados e são mantidos de acordo com o modelo de aquisição e manutenção para a infraestrutura tecnológica. (E) tiveram todas as mudanças nos <i>softwares</i> controladas de acordo com os procedimentos gerenciais de mudança da organização.</p> | <p>99. Para os efeitos da Lei nº 8.248, de 23/10/1991, NÃO são considerados bens e serviços de informática e automação</p> <p>(A) os programas para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento da informação e respectiva documentação técnica associada (<i>software</i>). (B) os componentes eletrônicos a semicondutor, optoeletrônicos, bem como os respectivos insumos de natureza eletrônica. (C) as máquinas, equipamentos e dispositivos baseados em técnica digital, com funções de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, transmissão, recuperação ou apresentação da informação, bem como os seus respectivos insumos eletrônicos, partes, peças e suporte físico para operação. (D) as mercadorias dos segmentos de áudio, vídeo e lazer e entretenimento constantes da relação elaborada conforme nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias. (E) os serviços técnicos associados aos bens e serviços considerados válidos nos incisos desta Lei.</p> |
| <p>96. A Lei nº 8.666, de 21/06/1993, estabelece, no art. 1º, normas gerais apenas sobre</p> <p>(A) Concorrências e Tomada de preços. (B) Licitações e Contratos administrativos. (C) Concorrências e Contratos administrativos. (D) Licitações, Concorrências e Tomada de preços. (E) Concorrências, Tomada de preços, Convites, Concursos e Leilões.</p> | <p>100. De acordo com a Lei nº 8.248, de 23/10/1991, farão jus aos benefícios de isenção de IPI e depreciação acelerada para máquinas e equipamentos, tratados pela Lei nº 8.191 de 11/06/1991, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação que</p> <p>(A) produzirem bens e serviços, com tecnologia desenvolvida no País, de acordo com processo produtivo básico na forma definida pelo Poder Executivo. (B) investirem em atividades de desenvolvimento e inclusão social por meio da inclusão digital. (C) produzirem bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País. (D) produzirem bens e serviços de acordo com processo produtivo básico na forma definida pelo Poder Executivo. (E) investirem em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação.</p> |
| <p>97. Segundo a Lei nº 8.666, de 21/06/1993, uma licitação é inexigível quando houver inviabilidade de competição, em especial para:</p> <p>I. Aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca. II. Contratação de serviços técnicos, enumerados no art. 13 da Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, inclusive para serviços de publicidade e divulgação. III. Contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas. (B) I e II, apenas. (C) I e III, apenas. (D) I, II e III. (E) II e III, apenas.</p> | |